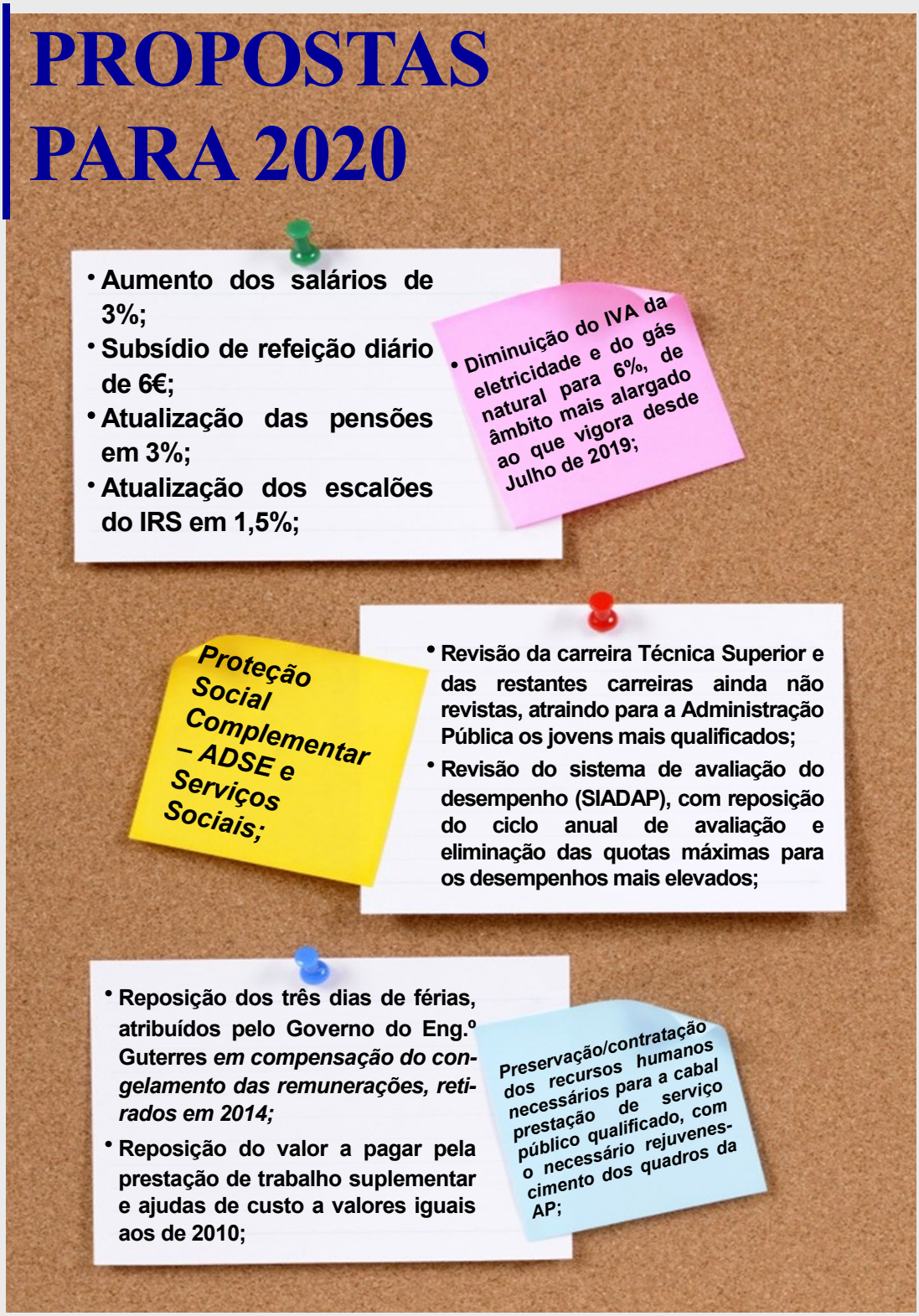
PROPOSTAS PARA 2020



Propostas para 2020 - p. 2-5
Visto na imprensa em julho - p. 6-7
Legislação de julho - p. 8-9
Consultório jurídico - p. 10
Aconteceu em agosto - p. 11
Cultura e lazer - p. 12

INFOQUADROS
SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS
08/2019

PROPOSTAS PARA 2020 ENVIADAS AO GOVERNO

UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUTURO AO SERVIÇO DOS CIDADÃOS

I – Enquadramento Económico e Social e Evolução das Remunerações

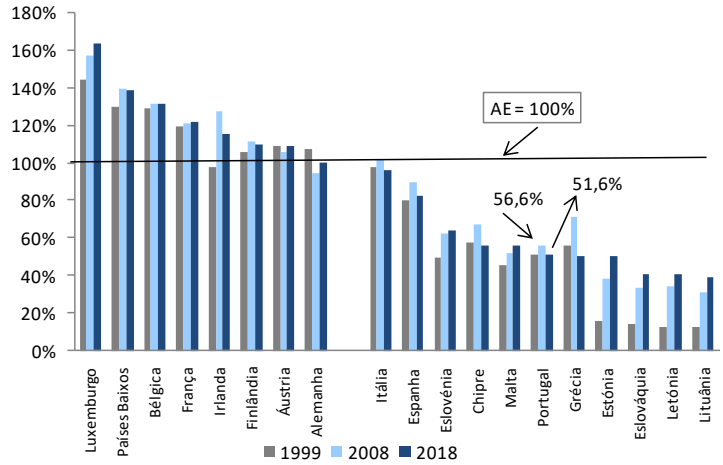
Após três anos de crescimento da economia portuguesa (tendo o PIB aumentado, de 2,3%, em média, entre 2016 e 2018), as previsões apontam para um crescimento mais moderado em 2019/2020, ainda assim, acima da média da área do euro que se situa em 1,7%. O crescimento do emprego no último triénio, um dos factores que mais contribuiu para o crescimento do PIB, apresenta atualmente um forte constrangimento para um maior desenvolvimento futuro do país, condicionado pelo envelhecimento da população e baixas taxas de natalidade, em conjugação com, ainda, elevadas taxas de emigração dos mais qualificados.

A retoma económica e a recente melhoria do mercado de trabalho não impediram o peso elevado dos vínculos precários no total do emprego em Portugal (um dos mais elevados da União Europeia) apesar do processo em curso de regularização de trabalhadores precários do Estado.

A precariedade do mercado de trabalho está a afetar muitos jovens, dado que para além da instabilidade laboral, os salários dos novos trabalhadores continuam muito baixos e em acumulação com os graves problemas da habitação das grandes cidades (com um mercado de arrendamento praticamente inexistente) penalizam a constituição de uma família e agravam os problemas demográficos existentes em Portugal relacionados com o envelhecimento da população.

Em 2018 a remuneração bruta média anual por trabalhador em Portugal era de 22.095€, o 6º mais baixo da AE. O nível português representava pouco mais de metade da área do euro (42.805€), afastando-nos da posição alcançada em 2008 (57%) para regressar ao nível de há 20 anos atrás (51,5% em 1999) (Gráf.1).

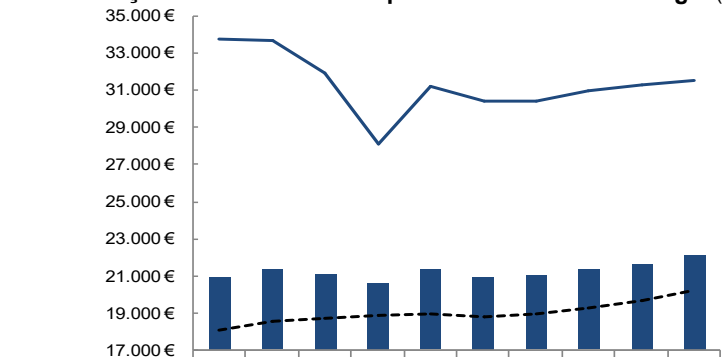
Gráfico 1 – Posicionamento da Remuneração média por trabalhador do Total da economia face à média da AE (Em %)



Fontes: CE e INE

Apesar da ligeira melhoria dos rendimentos de trabalho em Portugal nos últimos anos, com o fim dos cortes salariais na Administração Pública; da subida do salário mínimo; e do início do descongelamento da progressão na carreira, **a remuneração bruta média anual p/trabalhador do setor público foi de 31.480€ em 2018, -2.240€ face a 2009 (-6,6% em termos nominais)**. Esta diminuição prende-se com as poupanças orçamentais conseguidas com a redução do número de trabalhadores da AP (-44 mil no final de 2018 face a 2011, -6,1%) **e com a substituição de trabalhadores com remunerações mais elevadas que, entretanto se aposentam, por novas entradas na AP com salários mais baixos, embora com qualificações muito elevadas.**

Gráfico 2 – Remuneração bruta média anual por trabalhador em Portugal (em euros)



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total da Economia	20.928	21.337	21.083	20.592	21.295	20.908	21.000	21.319	21.658	22.095
Setor Público	33.720	33.647	31.879	28.080	31.205	30.419	30.359	30.922	31.235	31.480
Setor Privado	18.070	18.562	18.661	18.815	18.960	18.758	18.958	19.267	19.684	20.195

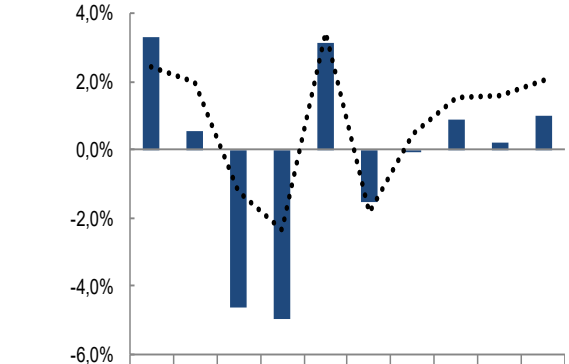
Fontes: INE, Contas Nacionais; DGAEP (emprego público p/2017 e 2018).

De facto, entre 2009 e 2018, **as remunerações por trabalhador no setor público encolheram, tendo registado uma quebra nominal de 0,2% em termos médios** (comparado com +0,8% para o total da economia e de +1,3% para o setor privado).

Em termos reais, **as remunerações por trabalhador no sector público também caíram 1,2% em média, na última década** (+1,3% entre 1999 e 2008) face a +0,2% no sector privado nos últimos 10 anos (+0,8% na década precedente) (Gráficos 3 a 5).

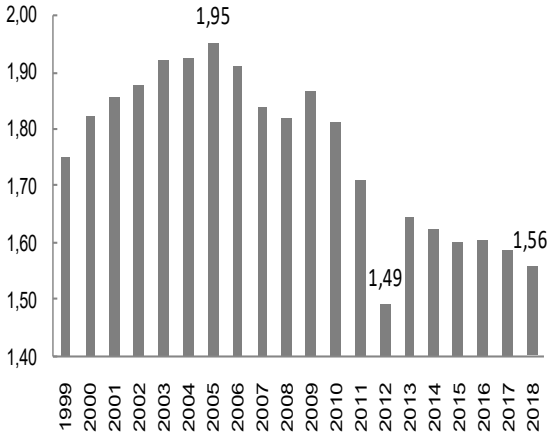
O rácio entre a remuneração bruta média anual do setor público face ao privado caiu de forma acentuada nos últimos 13 anos, de 1,95 em 2005 para 1,56 em 2018 (Gráfico 4).

Gráfico 3 - Remuneração bruta anual por trabalhador do total da economia (VH)



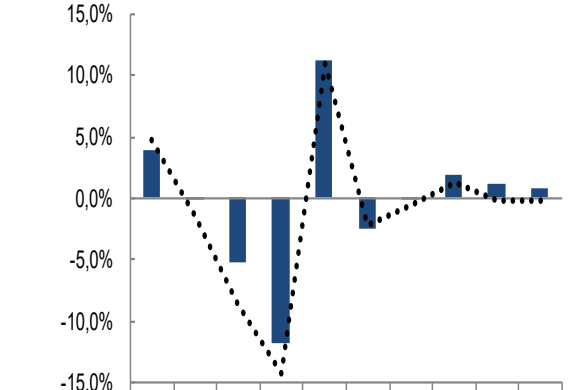
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
reais	3,3%	0,5%	-4,7%	-5,0%	3,1%	-1,5%	0,0%	0,9%	0,2%	1,0%
nominais	2,4%	2,0%	-1,2%	-2,3%	3,4%	-1,8%	0,4%	1,5%	1,6%	2,0%

Gráfico 4 - Rácio entre a remuneração bruta média anual do setor público face ao privado



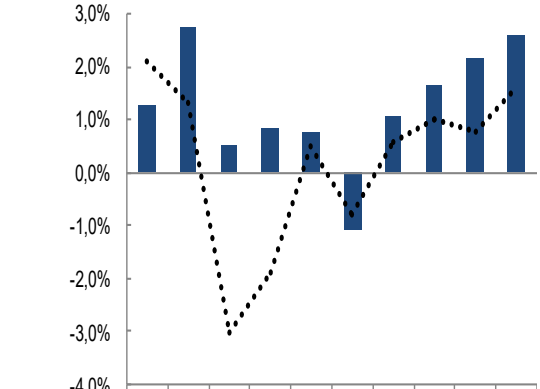
Gráficos 5 - Remuneração bruta anual por trabalhador (VH)

Setor público



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
nominais	3,8%	-0,2%	-5,3%	-11,9	11,1%	-2,5%	-0,2%	1,9%	1,0%	0,8%
reais	4,7%	-1,6%	-8,6%	-14,3	10,8%	-2,2%	-0,7%	1,2%	-0,4%	-0,2%

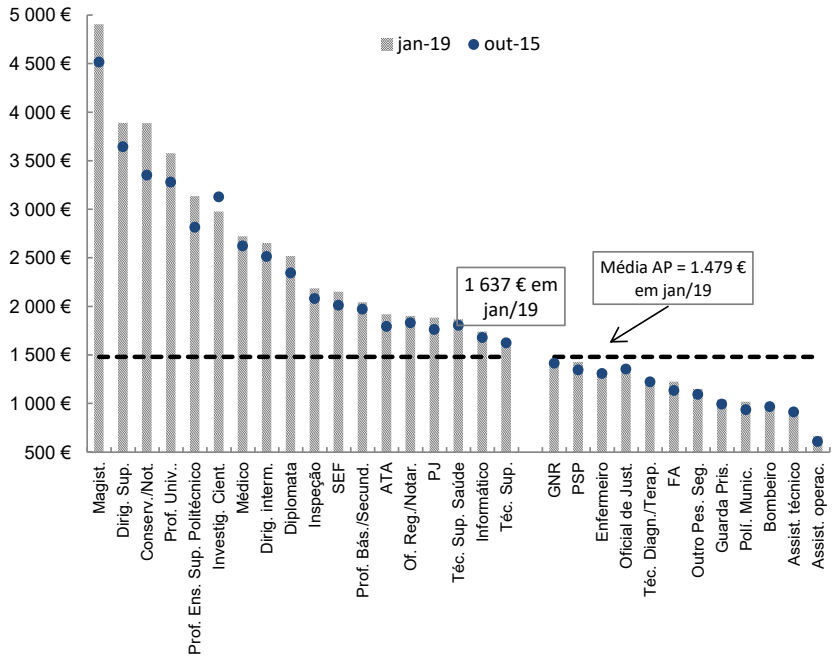
Setor privado



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
nominais	1,3%	2,7%	0,5%	0,8%	0,8%	-1,1%	1,1%	1,6%	2,2%	2,6%
reais	2,1%	1,3%	-3,0%	-1,9%	0,5%	-0,8%	0,6%	1,0%	0,8%	1,6%

A **remuneração de base média mensal do funcionário público** era de 1.479€ em jan/19 (+76€ face a out/15) associada sobretudo à total reversão dos cortes salariais; à subida do salário mínimo e ao início do descongelamento das carreiras.

Gráfico 6 - Remuneração de Base Média mensal na Administração Pública, em Portugal, por Grupos Profissionais (euros)



Fonte: DGAEP.

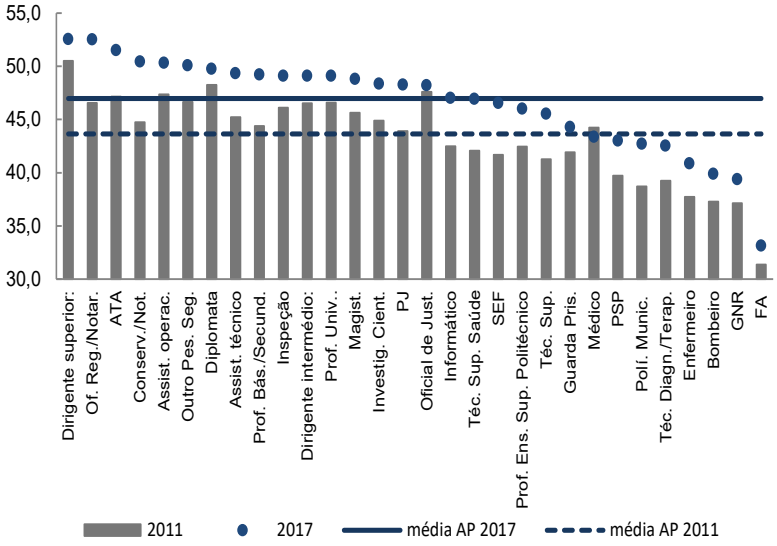
Porém, a melhoria da situação económica do país não se está a refletir num acréscimo significativo dos rendimentos do trabalho que permita compensar a forte desaceleração registada na última década. Os trabalhadores da Administração Pública com a progressão na carreira por fases ainda sentem o corte remuneratório que só terminará em dezembro de 2019, de que destacamos os seguintes elementos críticos:

1) – Quanto ao processo de descongelamento das carreiras na AP, iniciado em 2018, constata-se que esta medida tem levado muito tempo a abranger a totalidade dos funcionários que a ele tem direito. De acordo com o último levantamento da IGF, de 28 de fevereiro de 2019, foram 390 mil os trabalhadores abrangidos por valorizações remuneratórias. Porém, não se conhece qual o número total dos que têm direito à respetiva progressão, não podendo, por isso, proceder à sua avaliação, um ano e meio depois do início do descongelamento;
2) – Tem-se assistido a uma enorme desigualdade nos saltos remuneratórios entre profissionais causada pelo facto da maioria dos trabalhadores ter sido colocada, por ocasião da criação da TRU (há 10 anos) em posições virtuais e não em posições certas da estrutura remuneratória de cada carreira, levando a um fraco impulso salarial na altura da progressão. Também, os trabalhadores que transitaram para novas carreiras ou categorias entretanto revistas perderam os pontos inerentes à avaliação do desempenho anteriores à transição e deixaram de ser abrangidas pelo atual descongelamento das carreiras;
3) – Para além do descongelamento ter sido faseado durante um tempo demasiado longo, especialmente para os que iniciaram a sua progressão em 2018 (4 fases, em 2 anos) representando um corte salarial de 66% em 2018 e de 30% em 2019, sendo de 48% em termos acumulados nestes 2 anos, continuam a existir dúvidas na interpretação da lei para os que vão iniciar a sua progressão em 2019, com riscos de penalizar os trabalhadores;
4) – A solução encontrada para a conjugação da subida do salário mínimo da função pública para 2019 (635,07€) com a alteração do posicionamento remuneratório (resultante da avaliação do desempenho) dos salários mais baixos é questionável em vários domínios. Primeiro, o Governo alterou as regras de progressão em 2019 face a 2018. Depois,

fez depender a subida do posicionamento remuneratório do impulso salarial face ao novo salário mínimo ser superior ou inferior a 28€. Finalmente, não procede, neste domínio, à distinção, que era necessário fazer, entre o trabalhador que já está há vários anos na AP e aquele que ingressa agora para este nível salarial, criando uma situação de injustiça e de desigualdade;

Em síntese o processo de descongelamento foi muito longo o que na prática representou cortes remuneratórios nos valores a receber, com grande desigualdade nos impulsos remuneratórios.

Gráfico 6 – Idade média dos funcionários públicos (anos)



Fonte: DGAEP

É com base neste critério que o STE enviou ao Governo o Caderno Reivindicativo para 2020:

- ***Aumento dos salários de 3%;***
- ***Subsídio de refeição diário de 6€;***
- ***Reposição do valor a pagar pela prestação de trabalho suplementar e ajudas de custo a valores iguais aos de 2010;***
- ***Preservação/contratação dos recursos humanos necessários para a cabal prestação de serviço público qualificado, com o necessário rejuvenescimento dos quadros da AP;***
- ***Revisão da carreira Técnica Superior e das restantes carreiras ainda não revistas, atraindo para a Administração Pública os jovens mais qualificados;***
- ***Revisão do sistema de avaliação do desempenho (SIADAP), com reposição do ciclo anual de avaliação e eliminação das quotas máximas para os desempenhos mais elevados;***
- **Reposição dos três dias de férias, atribuídos pelo Governo do Eng.º Guterres *em compensação do congelamento das remunerações, retirados em 2014;***
- ***Proteção Social Complementar – ADSE e Serviços Sociais:***
- **Permitir que todos os trabalhadores da AP, independentemente do vínculo laboral que detêm, se inscrevam na ADSE;**
- **Fixação do valor do desconto em 2,5% da remuneração;**
- **Novas e mais respostas de apoio social aos trabalhadores da AP com a criação de mais creches e infantários, ocupação de tempos livres, residências universitárias etc;**
- **Atualização das pensões em 3%**
- ***Atualização dos escalões do IRS em 1,5%;***
- ***Diminuição do IVA da eletricidade e do gás natural para 6%, de âmbito mais alargado ao que vigora desde Julho de 2019;***

Visto na imprensa em julho de 2019

Livro de Reclamações Eletrónico adiado

O Livro de Reclamações Eletrónico (LRE) deveria já ter entrado em vigor dia 1 de julho, mas foi adiada a data por mais seis meses, ou seja, dia 1 de janeiro de 2010. A Plataforma não conseguiu ter capacidade de resposta para tantos pedidos de adesão no último dia. O adiamento veio também ao encontro dos pedidos da AHRESP, associação que representa o setor da hotelaria e restauração e a ARAN, representante do setor automóvel. O LRE visa facilitar ao consumidor a reclamação por via eletrónica, mas as empresas têm de manter o Livro de Reclamações também em papel.

(Fonte: Público, 02-06)

CGD recua na retenção dos juros nos depósitos

A Caixa Geral de Depósitos tinha comunicado aos seus clientes que, a partir de 1 de agosto, haveria novas regras no pagamento dos juros nos depósitos a prazo e nos depósitos poupança. Os juros inferiores a valor ilíquido de um euro não seriam pagos. O Banco de Portugal comunicou que estava esta medida, por ir afetar as pequenas poupanças e a CGD acolheu. A Caixa justificou esta medida para «minimizar o elevado número de lançamentos, muitas vezes dando origem a comunicação escrita, de montantes de baixa materialidade para s clientes». No entanto mantem-se «a decisão de reduzir em 70% os juros pagos em alguns depósitos poupança, passando de 0,05% para 0,015%».

(Fonte: Negócios,05-06)

Deputados e Presidência vão poder escolher que dados querem publicar

Foi aprovada na Comissão de Orçamento e Finanças a megabase de dados sobre a Administração Pública, a que vai substituir o SIOE, informação da organização do Estado. Todos os Serviços Públicos estão abrangidos, incluindo o Banco de Portugal, mas não quer dizer que este cumpra. Vai ser celebrado um Protocolo entre a Presidência da República, a Assembleia da República e a DGAEP, e será neste Protocolo que definirá qual a informação a disponibilizar a incluir na Base de Dados.

(Fonte: Negócios, 11-07)

Chumbadas mudanças no trabalho por turnos

Os Deputados do PS, PSD e CDS do Grupo de Trabalho das Leis Laborais da Assembleia da República, chumbaram as propostas dos PCP e BE para alteração nos horários por turnos. Estavam em causa, por exemplo, o alargamento do período de descanso e a redução na idade da reforma

(Fonte: Correio, 17,-07)

Tribunal de Contas insiste com Belém para maior controlo de assiduidade

O Tribunal de Contas –TdC voltou a recomendar à Presidência, que o controlo da assiduidade e das horas extraordinárias dos trabalhadores seja feita através de controlo eletrónico. Recomendou ainda a criação de um inventário único, deixando de haver um inventário para o Museu e outro para a Presidência da República. Outras recomendações foram a da «publicitação em matéria de contratação pública e bens móveis para abate no Portal Base que cumpra com a obrigação de atualizar no sistema de informação dos imóveis do Estado os dados relativos aos imóveis ocupados pela Presidência da República»

e a da implementação de um regulamento do parque de viaturas. Quanto às contas de 2018 o TdC deu o seu parecer favorável, considerando que «as demonstrações financeiras foram apresentadas de forma verdadeira e apropriada

(Fonte: i, 18-07)

Sindicatos exigem acesso à pensão antecipada com menos cortes

Os funcionários públicos que em outubro completam 60 anos de idade e 40 de descontos poderão pedir a pensão antecipada sem o corte de 14,76% do fator de sustentabilidade. No entanto, continuarão a ter um corte de 0,5% por cada mês em falta até à idade normal ou à idade pessoal de reforma, que acaba por ter um corte de 38,5%, apesar de ter 60 anos de idade e 40 de descontos. Maria Helena Rodrigues, «antevê que o novo regime será utilizado por um número reduzido de pessoas. Nuos grupos mais qualificados, aos 20 anos os trabalhadores ainda estavam em formação académica e não é muito grande o número de pessoas que vai beneficiar deste regime».

(Fonte: Público, 19-07)

Tdc deteta desvios no fundo de apoio a Pedrógão

O Tribunal de Contas -TdC voltou a recomendar à Presidência, que o controlo da assiduidade e das horas extraordinárias dos trabalhadores seja feita através de controlo eletrónico. Recomendou ainda a criação de um inventário único, deixando de haver um inventário para o Museu e outro para a Presidência da República. Outras recomendações foram a da «publicitação em matéria de contratação pública e bens móveis para abate no Portal Base que cumpra com a obrigação de atualizar no sistema de informação dos imóveis do Estado os dados relativos aos imóveis ocupados pela Presidência da República» e a da implementação de um regulamento do parque de viaturas. Quanto às contas de 2018 o TdC deu o seu parecer favorável, considerando que «as demonstrações financeiras foram apresentadas de forma verdadeira e apropriada

(Fonte: i, 19-07)

Socialistas deixam cair alteração legislativa que obrigava a divulgar lista de subvenções vitalícias

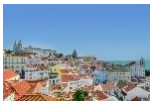
O PS deixou cair a alteração legislativa que tinha prometido para tornar obrigatória a publicitação das subvenções mensais vitalícias, pagas pela Caixa Geral de Aposentações a políticos que exerceram essas funções durante um período de 12 anos, antes de 2009. O Ministério do Trabalho e da Segurança Social, entende que cabe à Assembleia da República legislar sobre esta matéria, no entanto o coordenador do PS na Comissão Eventual para o Reforço da Transparência, afirma «que a alteração legislativa prometida há um ano não aconteceu porque não houve consenso na penúltima reunião da comissão. Esse consenso teve a ver com a forma e não sobre o conteúdo. Segundo o coordenador esta alteração nem era precisa, uma vez que a «lei em vigor não impede a divulgação da lista e isso mesmo foi confirmado pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)».

(Fonte: Público, 24-07)

Precários da RTP escrevem a Centeno

Os trabalhadores precários da RTP enviam uma carta a Mário Centeno, solicitando um encontro, na sequência das suas declarações na Assembleia da República- Comissão de Orçamento e Finanças «há situações que têm sentenças do tribunal a declarar que o tip+o de vínculo é adequado ao trabalho que é feito». Estes trabalhadores temem que o ministro das Finanças se esteja a referir ao facto de o tribunal absolver a RPT por estar «impedida de contratar, devido à lei orçamental».

(Fonte: Correio, 15-07)



Portugal entre os dez países da EU que perderam habitantes em 2018

Segundo o Eurostat Portugal está a perder habitantes. No ano passado viviam em Portugal menos 14,4 mil pessoas. Os dados publicados, ontem dia 10, não vêm acrescentar novidade, já que o Instituto Nacional de Estatística há um mês divulgou o mesmo. «Portugal está entre o grupo de dez países que perderam habitantes em 2018».

(Fonte: Público, 11-07)

LEGISLAÇÃO - JULHO 2019

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019 - Diário da República n.º 123/2019, Série I de 2019-07-01122777644
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
Resolução da Assembleia da República n.º 95/2019 - Diário da República n.º 132/2019, Série I de 2019-07-12123077667
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Conta Geral do Estado de 2017
Declaração de Retificação n.º 35/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18123279818
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Declaração de retificação à Resolução da Assembleia da República n.º 95/2019, de 12 de julho, «Conta Geral do Estado de 2017»
Resolução da Assembleia da República n.º 96/2019 - Diário da República n.º 135/2019, Série I de 2019-07-17123234416
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Primeiro orçamento suplementar da Assembleia da República para 2019
Resolução da Assembleia da República n.º 97/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18123279813
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Recomenda ao Governo o reforço dos meios humanos do Centro Nacional de Pensões e a atribuição de pensão provisória aos pensionistas que não se encontrem a trabalhar
Resolução da Assembleia da República n.º 98/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18123279814
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Recomenda ao Governo que altere a Portaria n.º 236/2013, de 24 de julho
Resolução da Assembleia da República n.º 99/2019 - Diário da República n.º 136/2019, Série I de 2019-07-18123279815
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Recomenda ao Governo que considere o fator da pegada ecológica dos alimentos nos contratos públicos
Resolução da Assembleia da República n.º 103/2019 - Diário da República n.º 138/2019, Série I de 2019-07-22123368217
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Programa Extraordinário de Apoio à Região Autónoma da Madeira de Promoção de Habitação
Resolução da Assembleia da República n.º 112/2019 - Diário da República n.º 139/2019, Série I de 2019-07-23123407851
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Recomenda ao Governo que adote medidas para corrigir as anomalias nos voos e a prestação de assistência adequada aos passageiros para as regiões autónomas
Resolução da Assembleia da República n.º 113/2019 - Diário da República n.º 139/2019, Série I de 2019-07-23123407852
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Princípios gerais de atribuição de abonos para apoio à atividade política dos Deputados
Resolução da Assembleia da República n.º 114/2019 - Diário da República n.º 141/2019, Série I de 2019-07-25123473725
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Recomenda ao Governo medidas relativas ao diagnóstico de perturbação de hiperatividade com défice de atenção
Lei n.º 52/2019 - Diário da República n.º 145/2019, Série I de 2019-07-31123610180
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos
Decreto-Lei n.º 85/2019 - Diário da República n.º 123/2019, Série I de 2019-07-01122777643
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Permite aos trabalhadores da Administração Pública faltarem justificadamente para acompanhamento de menor de 12 anos no 1.º dia do ano letivo
Decreto-Lei n.º 89/2019 - Diário da República n.º 126/2019, Série I de 2019-07-04122920907
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Altera as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos
Decreto-Lei n.º 94/2019 - Diário da República n.º 134/2019, Série I de 2019-07-16123183036
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Aprova o plano de reabilitação de património público para arrendamento acessível
Portaria n.º 230/2019 - Diário da República n.º 139/2019, Série I de 2019-07-23123407856
FINANÇAS
Alteração da Portaria n.º 12/2010, de 17 de janeiro - Tabela de atividades IRS
Portaria n.º 231/2019 - Diário da República n.º 139/2019, Série I de 2019-07-23123407857
FINANÇAS
Regulamenta o Programa de Capitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas (CAT)
Portaria n.º 234/2019 - Diário da República n.º 141/2019, Série I de 2019-07-25123473734
JUSTIÇA
Procede à instalação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz e aprova o seu regulamento interno
Portaria n.º 238/2019 - Diário da República n.º 144/2019, Série I de 2019-07-30123578713
FINANÇAS
Define os critérios de fixação do capital mínimo e os demais requisitos mínimos do seguro de responsabilidade civil profissional
Portaria n.º 241-A/2019 - Diário da República n.º 145/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-07-

31123610214

JUSTIÇA E INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Aprova o modelo de certificado de matrícula em suporte de cartão e procede à alteração da Portaria n.º 1135-B/2005, de 31 de outubro, na redação dada pela Portaria n.º 165-A/2010, de 16 de março - Documento Único Automóvel (DUA)

Despacho n.º 6374/2019 - Diário da República n.º 133/2019, Série II de 2019-07-15 123166506

Presidência do Conselho de Ministros, Administração Interna, Adjunto e Economia - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa, das Autarquias Locais e da Defesa do Consumidor

Criação e constituição do Grupo de Trabalho de Articulação de Políticas Públicas Centrais e Locais de Defesa do Consumidor

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 14/2019/A - Diário da República n.º 142/2019, Série I de 2019-07-26123513824

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano económico de 2017

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2019/A - Diário da República n.º 142/2019, Série I de 2019-07-26123513825

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias, junto do Governo da República, no sentido de operacionalizar o regresso da TAP Air Portugal à efetivação da ligação aérea entre a ilha do Faial e Lisboa, bem como entre a ilha do Pico e Lisboa

Decreto Legislativo Regional n.º 15/2019/A - Diário da República n.º 134/2019, Série I de 2019-07-16123183042

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Recuperação do tempo de serviço prestado em Funções Docentes para Progressão na Carreira

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A - Diário da República n.º 140/2019, Série I de 2019-07-24123436960

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, relativo à suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto

Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2019/A - Diário da República n.º 143/2019, Série I de 2019-07-29123545120

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2019/A, de 24 de janeiro, «Execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2019»

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 20/2019/M - Diário da República n.º 128/2019, Série I de 2019-07-08122996209

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Solicita intervenção do Governo da República no sentido de pôr termo à situação disparatada, discriminatória, abusiva e separatista, promovida pela TAP

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2019/M - Diário da República n.º 135/2019, Série I de 2019-07-17123234424

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Cria o Estatuto do Cuidador Informal da Região Autónoma da Madeira

Decreto do Presidente da República n.º 42-A/2019 - Diário da República n.º 136/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-07-18123308303

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

É fixado, de harmonia com o artigo 19.º da Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, o dia 22 de setembro de 2019 para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Declaração n.º 1/2019/M - Diário da República n.º 138/2019, Série I de 2019-07-22123368228

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Publicação da Conta do ano de 2017 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 22/2019/M - Diário da República n.º 141/2019, Série I de 2019-07-25123473736

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Recomenda ao Governo da República que tome as medidas necessárias para agilizar a concessão de autorização de residência temporária a cidadãos oriundos da Venezuela por razões humanitárias

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 23/2019/M - Diário da República n.º 141/2019, Série I de 2019-07-25123473737

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2018, de 28 de dezembro, que clarifica as regras aplicáveis à comparticipação de medicamentos e dispositivos médicos pelo sistema de proteção social dos trabalhadores em funções públicas

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 24/2019/M - Diário da República n.º 141/2019, Série I de 2019-07-25123473738

AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprova a Conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2017

Tem dúvidas sobre a sua situação laboral?

O jurista responde . . .

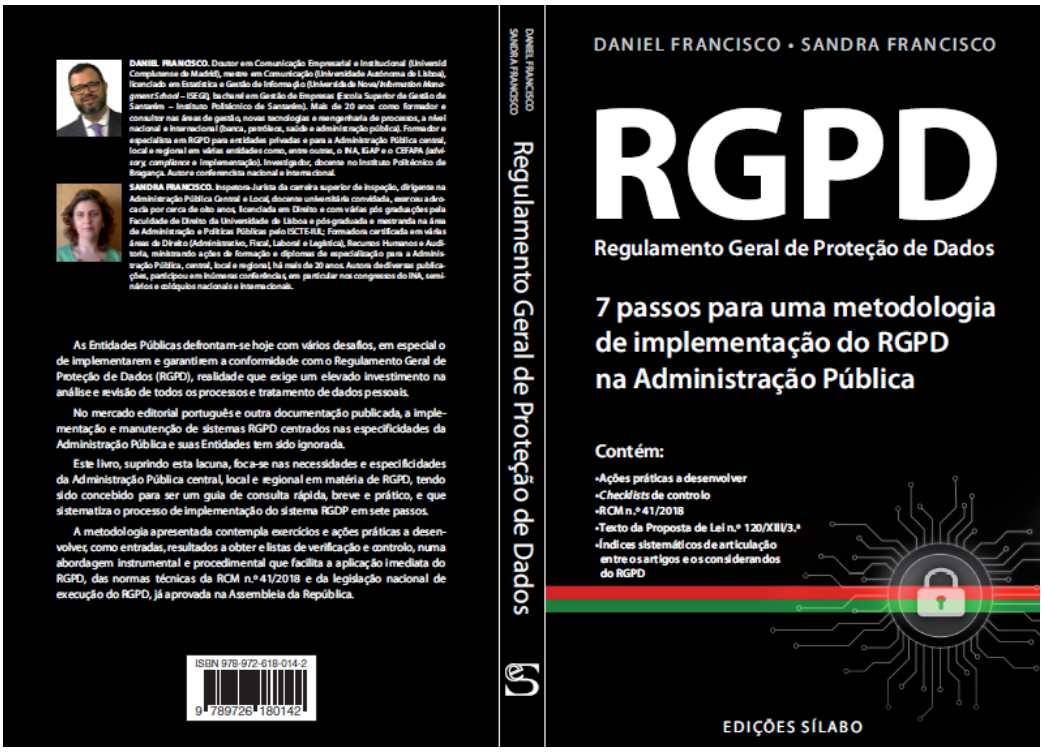
Em sede de reclamação da homologação da avaliação de desempenho obtive relevante. A avaliação agora obtida está também sujeita a quotas?

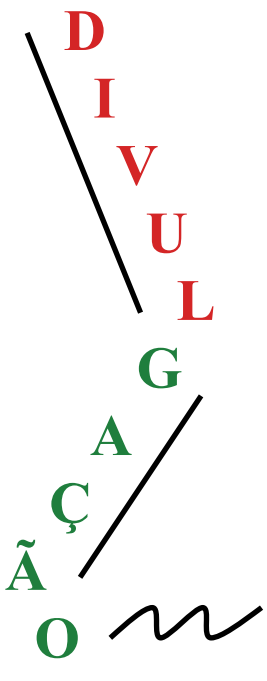
A alteração da avaliação final em sede de reclamação ou de recurso não está condicionada pelas percentagens máximas fixadas no artigo 75º da Lei nº 66-B/2007 (SIADAP).
De facto, nestes casos, **por respeito pelas garantias constitucionalmente consagradas de reclamação e recurso,** essa alteração não depende da prévia existência de percentagens disponíveis, nem releva para efeitos de apuramento do respetivo cumprimento.

Solicitei horário de jornada contínua para acompanhamento do meu filho menor, que completará 12 anos em 2023. O horário foi autorizado. Tenho de solicitar anualmente autorização de jornada contínua?

Só terá de fazer pedidos anuais de jornada contínua se tal lhe ter sido exigido no Despacho que o autorizou. De contrário, não terá de fazer mais qualquer pedido e pode continuar a praticar essa modalidade de horário até 2023.

Durante as minhas férias faleceu a minha avó. Tenho direito a interromper as férias e utilizar os dois dias por falecimento?
Quando um trabalhador está de férias e ocorre o falecimento de um familiar estas não são interrompidas por esse motivo pelo que, não tem direito aos dois dias seguidos pela morte da avó.





Aconteceu... em agosto

1 **1834** - Abolição da escravatura em todos os territórios dependentes da Grã-Bretanha.
2 **1990** – O Iraque invade o Kuwait, dando início à Guerra do Golfo.
3 **1914**- A França, a Bélgica e a Grã-Bretanha declaram guerra à Alemanha, iniciando a Primeira Guerra Mundial. A raz foi o assassinato do príncipe do Império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, em 28 de junho. Entre 28 de julho e 3 de agosto, todas as potências entram na guerra (menos a Itália).
4 **1933** - O líder indiano Mahatma Ghandi é preso por autoridades coloniais britânicas devido ao seu apelo à desobediência civil.
5 **1955**- A cantora Carmen Miranda morre aos 46 anos, vítima de um ataque cardíaco.
6 **1945** - A cidade japonesa de Hiroshima é destruída pela primeira bomba atómica detonada pelo homem como arma de guerra. A bomba foi lançada de um avião americano modelo B-29, batizado de "Enola Gay". Três dias depois, a segunda bomba destruía Nagazaki, pondo fim à Segunda Guerra Mundial.
7 **1815** - Napoleão Bonaparte, derrotado pelos aliados, embarca rumo ao exílio na Ilha de Santa Elena.
8 **1999** - O presidente Boris Yeltsin demite seu gabinete e nomeia Vladimir Putin para o cargo de primeiro ministro.
9 **1987** - Tem início a maior greve legal na história da África do Sul: mais de 200 mil mineiros negros param de trabalhar. A greve prolongou-se até o dia um de setembro.
10 **1927** - Começa a ser esculpido na rocha do monte Rushmore (Dakota do Sul, EUA) o monumento aos presidentes norte-americanos Washington, Jefferson, Lincoln e Roosevelt, obra de Gutzon Borglum e seu filho.
11 **2014** — Morre Robin Williams, ator norte americano (n. 1951).
12 1982 – O filme E.T. – O Extraterrestre, de Steven Spielberg, bate o recorde de bilheteria ultrapassando os 100 milhões de dólares em vendas nos primeiros 31 dias de exibição.
13 **1992** - Yitzhak Rabin torna-se o primeiro ministro de Israel. A sua primeira missão é viajar para as capitais dos países inimigos, na tentativa de estabelecer diálogos de paz.
14 **1556** - Os portugueses estabelecem-se definitivamente na China, próximo de Cantão, onde fundam Macau
15 **1969** - Tem início o Festival de Woodstock, numa fazenda em Nova York. Cerca de 500 mil jovens conviveram durante três dias, enaltecendo o sexo, as drogas e o rock. Este movimento criticava o capitalismo e condenava a Guerra do Vietnam.
16 **1925** – Estreia em Nova Iorque (EUA) "*A Quimera do Ouro*", primeira longa-metragem de Charles Chaplin.
17 2008 – O nadador norte-americano Michael Phelps torna-se no primeiro atleta a conquistar oito medalhas de ouro na história dos Jogos Olímpicos.
18 **1964** – A África do Sul foi banida dos Jogos Olímpicos pelo COI por não renunciar ao regime de apartheid.
19 **1883** – Nasceu Coco Chanel, estilista francesa (m. 1971).
20 **1977** – A nave Voyager II é lançada para explorar outros planetas. Antes de sair do sistema solar, passou por Júpiter, Saturno, Urano e Mercúrio.
21 **1968** - O Exército da União Soviética invade a Checoslováquia para conter uma manifestação contra o domínio russo no país. O movimento ficou conhecido como "*A Primavera de Praga*".
22 **1864** – Criação da Cruz Vermelha Internacional.
23 **1893** – É instalado a 1.ª de uma série de cabos telegráficos submarinos – ligando a cidade da Horta (Açores) a Lisboa (Carcavelos).
24 1511 – Afonso de Albuquerque conquista Malaca (na Malásia), a primeira cidade do Sudeste asiático a ser controlada por europeus.
25 **1940** - A União Soviética incorpora a Estónia, a Letónia e a Lituânia ao grande império comunista.
26 **1920** - A 19.º constituição foi aprovada nos Estados Unidos. Uma das novidades era o direito de voto às mulheres.
27 **1972** - Richard Nixon retira a obrigatoriedade do serviço militar nos Estados Unidos.
28 **1996** - O príncipe Charles e a princesa Diana formalizam o divórcio, num tribunal de Londres após 15 anos de casamento.
29 **1949** - A União Soviética faz o seu primeiro teste com a bomba nuclear.
30 **1918 – Vladimir Lenine, líder do Partido Bolchevique, é baleado após um discurso numa fábrica em Moscovo.**
31 **1997**-- Diana Spencer, princesa de Gales, morre em Paris num acidente de automóvel, em que também morre o seu acompanhante, o milionário egípcio Emad (Dodi) Al Fayed e o motorista.

CULTURA E LAZER

Jornadas Europeias do Património 2019 | 27, 28 e 29 de setembro | Convite à participação

A DGPC, entidade que coordena a programação e divulgação das JEP a nível nacional, convida as entidades públicas e privadas a associarem-se a estas Jornadas, organizando iniciativas neste âmbito.

O prazo para inscrição das iniciativas termina no dia 23 de setembro.

Para solicitar os acessos ao formulário de carregamento das iniciativas deverá contactar a DGPC através do endereço jep@dgpc.pt ou dos telefones 213 614 336/ 246 / 257 (DDCI/DGPC).

O programa das JEP já se encontra disponível, e está em constante atualização.

Fonte: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/agenda/atividades-diversas/jornadas-europeias-do-patrimonio-2019-27-28-e-29-de-setembro-convite-participacao/

PROTOCOLOS

Termas de Vizela – Centro Tesal

Os associados, colaboradores, cônjuges e filhos poderão beneficiar dos seguintes serviços:
– Tratamentos termais (dos foros reumatológico, pele, lesões desportivas, etc.);
– Tratamentos de lazer e bem-estar na área das piscinas lúdico-terapêuticas;
– SPA (tratamentos estéticos, massagens, etc.);
– Restauração;
– Alojamento.
São, ainda, concedidos
– 25 % em todos os serviços prestados pelas TERMAS e HOTEL BIENESTAR TERMAS DE VIZELA sobre o preço de tabela.
Em época baixa, serão concedidas ofertas especiais superiores a 25 %.
Tratamento vip e diferenciado em todos os serviços prestados pelo grupo TESAL.
Nota: os associados terão de se identificar com o cartão de associado ou declaração que comprove essa qualidade.
Centro Tesal - Rua das Termas, 37 4815-416
Vizela Portugal - Tel. 253 565 117

Termas de Monção – Centro Tesal

Os associados e seus familiares diretos, designadamente, pais, cônjuges e filhos, desde devidamente identificados, poderão beneficiar de:
de **10%** no alojamento,
e de **30%** entre 1 de novembro e 31 de maio, (exceptuando Semana Santa),
e de **15%** entre 1 de junho e 31 de outubro, nos Programas da Termas de Monção:
Clube termal
Tratamentos de massoterapia; Tratamentos complementares; Tratamentos Termais; Estética Corporal; Fisioterapia
(estes descontos não são acumuláveis com outros disponíveis no **Centro Tesal Termas de Monção**)
Contactos:
Avenida das Caldas -4950- 405 Monção | T 251 648 367 | F 251 648 367 | Reservas | http://www.termasdemoncao.com |

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

Lisboa - Sede
R. Braamcamp,88,2º Dto.
1269-111 Lisboa
Tel.: 213 860 055
(3 linhas)
Tel. Móvel: 961724106/ 961880239/963773017
Fax: 213 860 785
ste@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª a 6ª - 9:00-21:00
Sec. Regional do Porto
R. da Alegria, 248,1º Esq.
4000-034 Porto
Tel./Fax: 222 004 630
Tel. Móvel: 938648672
porto@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00
3ª e 5ª - 11:00-19:00
Sec. Regional de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, 676, 3º andar - Sala 3
3000-174 Coimbra
Telef.: 239 838 176
Fax: 239 825 186
Tel. Móvel: 925783119
coimbra@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª,a 6ª - 14:00-19:00
Sec. Regional de Évora
Alcárcova de Baixo, 54
Sala B
7000-841 Évora
Tel.e Fax: 266 744 771
evora@ste.pt
Sec. Regional do Algarve
Edifício Ninho de Empresas
Piso 2, Gab. 13
Estrada da Penha
8000-489 Faro
Tel. Móvel: 925494067/925494065
algarve@ste.pt
Sec. Regional da Guarda
R. Alm. Gago Coutinho, 10, 1º - Centro Dto. Fte.
6300-Guarda
guarda@ste.pt
Tel. Móvel: 961724137
Sec. Regional de Viseu
R. do Gonçalinho, 53
Sala 6
3500-137 Viseu
viseu@ste.pt
Tel. Móvel: 961879731
Sec. Regional dos Açores
R. do Rego, 24 - 1º andar
9700-161 Angra do Heroismo
Tel.e Fax: 295 217 079
acores@ste.pt
Sec. Regional da Madeira
R. Câmara Pestana, 6
1º andar - Sala D
9000-043 Funchal
Tel. Móvel: 925494067/925494065
madeira@ste.pt

Diretora
Rosa Sousa

Periodicidade: Mensal